

ACTA DA REUNIÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Aos seis dias do mês de Setembro do ano de dois mil e onze, pelas 15.42 horas reuniram-se os elementos que compõem o Conselho Municipal de Educação, no edifício da Câmara Municipal de Benavente.

Verificou-se a presença dos seguintes Conselheiros:

- Presidente da Câmara Municipal de Benavente – António José Ganhão;
- Vereadora do Pelouro da Educação – Gabriela Santos
- Presidente da Assembleia Municipal – Em substituição do Presidente da Assembleia Municipal, Ana Carla Gonçalves
- Representante do Pessoal Docente do Ensino Secundário – Maria Jacinta Machacaz
- Representante do Pessoal Docente do Ensino Básico Público – Clara Freire da Cruz
- Representante do Pessoal Docente da Educação Pré-Escolar Público – Joaquina Nazareth
- Representante das Instituições Particulares de Solidariedade Social na área da Educação - Elisabete Correia Pires da Cruz
- Representante da Associação de Pais e Encarregados de Educação – Samora Correia – Paula Alexandra Fernandes
- Representante da Associação de Pais e Encarregados de Educação – Benavente – **Georgina Rodrigues**
- Representante dos Serviços de Segurança Social – Teresa Figueiredo
- Representante dos Serviços Públicos de Saúde – Ana Zita Antunes

Estiveram presentes os seguintes convidados:

- José Eduardo Ramalho – Agrupamento de Escolas Duarte Lopes
- Dora Morgado – Agrupamento de Escolas de Samora Correia
- Maria de Fátima Borges – Agrupamento de Escolas de Porto Alto
- David Alabaça e José Fernandes – Empresa de Transportes Ribatejana

Verificou-se a ausência dos seguintes Conselheiros:

- Representante da DREL – Eduardo Oliveira
- Representante das Juntas de Freguesia – Hélio Justino
- Representante das Forças de Segurança
- Representante dos Serviços de Emprego e Formação Profissional
- Representante da Associação de Estudantes
- Representante do Instituto Português da Juventude

Presente a Chefe de Divisão Municipal Cultura Educação e Turismo, Cristina Gonçalves e Ana Infante, Coordenadora Técnica da Secção de Acção Sócio Educativa, que secretariou a presente reunião.

O Senhor Presidente deu início à reunião pelas quinze horas e quarenta e dois minutos, submetendo à consideração dos conselheiros a seguinte proposta de ordem de trabalhos, a qual foi aprovada:

- Aprovação da Acta da reunião anterior;
- Plano de Transportes Escolares para o ano lectivo 2011/2012
- Informações relativas ao início do ano lectivo 2011/2012
- Acção Social Escolar para o ano lectivo 2011/2012
- Outras informações

PONTO 1 DA ORDEM DE TRABALHOS - APROVAÇÃO DA ACTA DA REUNIÃO ANTERIOR DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

O Senhor Presidente submeteu à apreciação dos Senhores Conselheiros e convidados a acta realizada no dia 10 de Maio de 2010, a qual foi aprovada, com a abstenção do Senhor Presidente da Câmara porque o documento não lhe foi entregue atempadamente para apreciação.

- **PONTO 2 DA ORDEM DE TRABALHOS - PLANO DE TRANSPORTES ESCOLARES PARA O ANO LECTIVO 2011/2012**

Carina Teles – Informou que o presente Plano de Transportes escolares é um documento elaborado com base nas informações fornecidas pelos agrupamentos e Escola Secundária de Benavente em Fevereiro, por isso com informações provisórias sendo que, de acordo com o decidido pelo Conselho Municipal de Educação, o mesmo só será aprovado em Setembro uma vez que nesta data já constarão informações mais reais. Referiu a dificuldade existente em tornar o documento fiel às reais necessidades uma vez que parte dos encarregados de educação não se dirigem às escolas nem aos serviços da Câmara em tempo útil a fim de manifestarem as suas necessidades de transporte para os seus educandos, sendo que o que se verifica é que formalizam o pedido de transporte no primeiro dia de aulas. Tal procedimento dificulta a implementação da rede de transportes tanto a nível dos serviços da Câmara como da Ribatejana. Relativamente as previsões enviadas pelos agrupamentos, estas apenas referem o nº de alunos a por localidade, sem referencia a nomes e moradas, sendo estas informações mais que insuficientes em termos de organização dos transportes em veículo Camarário, de aluguer e até mesmo a abertura de concurso para transporte escolar em outros veículos. Informou que o Agrupamento de Escolas Duarte Lopes foi o único a entregar um documento o mais aproximadamente possível com as informações necessários. Relativamente aos agrupamentos de Samora e Porto Alto existe alguma dificuldade uma vez que é o primeiro ano que os alunos são transportados em Carreira Publica sendo que os procedimentos a ter por parte dos encarregados de educação ainda não estão bem assimilados. É necessário que seja preenchido o boletim de transporte e que nele conste todas as informações pretendidas e mais uma vez, atempadamente, para que o mesmo seja analisado pelos servidos a fim de se saber se o aluno tem ou não direito a transporte escolar, e no caso de ter direito saber qual o tipo de veículo em que o aluno será transportado. Relativamente aos alunos detentores de um passe da Ribatejana desconhecem ou esquecem, embora seja uma informação que tanto os serviços da Câmara como a ribatejana tentam passar aos alunos, que o mesmo passe necessita de ser activado no início do ano lectivo e que esta activação só é possível se houver informação de que o aluno continua matriculado. Esta informação parte do encarregado de educação ao preencher o boletim de transporte e por sua vez a Câmara informa a Ribatejana. Solicitou aos agrupamentos que se agilizem procedimentos por forma a que em questão de transportes o ano inicie sem incidentes. Em relação aos alunos com necessidades educativas especiais o Ministério da educação comparticipa o transporte por escola, aos alunos integrados nos escalões "A" e "B". A Câmara Municipal de Benavente assegurou no passado ano lectivo, o transporte de quatro alunos com "NEE", que frequentavam a escola de referência em Vila Franca de Xira. Este ano lectivo esta situação será canalizada para o agrupamento de Escolas ao qual os alunos pertencem. Deverão os Agrupamentos solicitar junto da DREL essa comparticipação para que o transporte dos alunos seja assegurado. No Plano de Transportes para o próximo ano estão incluídos alunos com NEE que se integram dentro dos circuitos da Câmara e não traduzem encargos acrescidos para o Município, sendo que a necessidade de transporte deverá ser sempre formalizada pelos encarregados de educação para que a Câmara, em reunião do executivo se pronuncie sobre a concessão ou não do referido transporte.

José Ramalho – Informou que a Escola EB 2,3 de Benavente é escola de referencia para alunos invisuais. Mesmo não sendo carenciado, solicitou apoio ao Ministério de Educação para um aluno residente em Marinhais e o mesmo foi concedido. Parte do principio que este ano lectivo o Ministério volte a pagar o transporte.

Carina Teles – Outra alteração que não está explícito no Plano de Transportes Escolares é o recurso a prestação de serviços por empresas especializada. Apenas irá ser mantido o transporte por táxi em Santo Estevão, tudo o resto pretende-se que seja feito por veículos municipais e ribatejana. Solicitou ao Agrupamento de Escolas de Benavente que a Escola EB1 de Santo Estevão inicie as aulas as 9.15 horas a fim de facilitar o transporte.

José Ramalho – Não sabe se se justifica por oito alunos, alterar o horário de quatro turmas. Irão analisar estes casos concretos.

Carina Teles – Torna-se complicado assegurar o transporte de todos os alunos uma vez que iniciam todos as aulas às 8.30, terminam às 17.30 e a quarta feira a hora de saída é também para todos às 13.30. Dificulta tanto a Ribatejana como os serviços efectuados pelas viaturas da Câmara. Solicitou o envio dos horários das turmas com a devida antecedência, por forma a organizar todo o processo de transportes escolares bem como a data de inicio das aulas.

José Ramalho – Agrupamento de Escolas Duarte Lopes iniciará as aulas a 15 de Setembro todos os Ciclos.

Jacinta Machacaz – Escola Secundária iniciará a 15 de Setembro.

Maria de Fátima Borges – O Agrupamento de Escolas de Porto Alto Fará a recepção aos alunos no dia 14 de Setembro e início das aulas dia 15. O horário será das 8.25 e terão turmas a sair as 17.50 h ás quintas feiras, restantes dias ás 17.00 horas. Horários do 1º Ciclo , Escola Nova horário normal e escola Velha horário duplo até Dezembro dependendo da abertura do Centro Escolar, que passarão depois a horário normal.

Dora Morgado - Agrupamento de Escolas de Samora Correia – Recepção aos alunos no dia 13 de Setembro, início das aulas a 15 de Setembro. Os horários são os mesmos, não há mudanças.

Jacinta Machacaz – Relativamente aos horários da Ribatejana, informou que os alunos da Secundária saem da escola ás 18.25 h. Existe um autocarro ás 18.20h e o seguinte é apenas perto das 19h. Inquiriu aos representantes da Ribatejana sobre a possibilidade de o autocarro das 18.20 partir 5 minutos mais tarde.

Nada mais havendo a tratar relativamente a transportes escolares, ausentaram-se da reunião os representantes da Empresa "Barraqueiro, Transportes S.A."

Senhor Presidente – Solicitou a todos o melhor empenho na resolução das dificuldades manifestadas relativamente as informações em falta no que diz respeito a formalização dos pedidos de transporte, bem como a comunicação por parte dos Agrupamentos e Escola Secundária aos serviços da Câmara dos horários e nº de alunos a transportar.

PONTO 3 DA ORDEM DE TRABALHOS - INFORMAÇÕES RELATIVAS AO INICIO DO ANO LECTIVO 2011/2012

O Senhor Presidente solicitou que a chefe da Divisão Municipal de Cultura Educação e Turismo, fizesse um resumo do documento informativo relativo ao ano lectivo de 2010/2011.

Teor do Documento:

Intervenções:

Senhor Presidente: A Câmara Municipal tinha assumido perante os agrupamentos de escolas e associações de escolas, a requalificação de alguns espaços exteriores das escolas. A Câmara tomou as medidas adequadas, tais obras foram inscritas no orçamento e foi solicitada a autorização para a contracção do empréstimo para esta finalidade. O Secretário de Estado do Orçamento está a colocar dificuldades na respectiva aprovação. Estando a Câmara de Benavente de boa saúde financeira, estão a citar o artigo do orçamento de estado do ano anterior que diz que o endividamento liquido a 30 de Junho do ano passado não pode ser superior ao endividamento de 30 de Novembro do ano anterior. Apesar de terem informado que a Câmara tinha autorização para contrair o empréstimo até um milhão e novecentos mil Euros, o Tribunal de Contas vem agora dizer que não é possível, pelo que sem dinheiro não assume compromissos. Em relação ao parque escolar, a Câmara pensou num projecto mais ambicioso para a requalificação das escolas de Benavente e Samora Correia, nº1 de Benavente e Padre Tobias. Depois se se aperceber do que se estava a passar com o quadro comunitário de apoio com o programa operacional, que estavam fechadas as candidaturas, a Câmara colocou nesse empréstimo seiscentos mil euros para a requalificação dessas escolas, tenta-se nesta altura contornar as dificuldades, tendo conseguido que na bolsa de mérito, porque a Câmara tem uma taxa de execução acima da média do CREN e por isso a bolsa precisa de ser premiada, já pediu ao Vereador Carlos Coutinho que voltasse atrás e que pudesse terminar os projectos, conseguir a aprovação da DREL, projectos de especialidade, enviar já para parecer da DREL para ver se se consegue a aprovação até final do ano. Espera que esta possibilidade de acesso a bolsa de mérito não falhe. No entanto podem

ainda existir pequenas coisas que a Câmara tentará melhorar de modo a que o ano lectivo inicie sem grandes preocupações por parte das famílias e do pessoal docente e não docente. Informou ainda que a Câmara não necessitaria de empréstimo nenhum se o Ministério pagasse o que é devido, nomeadamente deve um ano lectivo da componente de apoio a família do pré escolar, deve desde Abril o correspondente ao pessoal não docente dos jardins de infância, deve no âmbito no apoio na acção social escolar um montante que nem tem contabilizado. Estão em dívida também com a Câmara as Estradas de Portugal com um valor de seiscentos mil euros.

Dora Morgado – Faltam funcionários nas escolas do agrupamento. Sabe que a Câmara também está com dificuldades com pessoal. O Centro Escolar necessita mesmo de mais funcionarias para a manutenção da higiene e vigilância uma vez que é um espaço maior, bem como na escola das acácias que se mantem a dificuldade na vigilância das crianças e acompanhamento na hora de almoço.

Senhor. Presidente – Informou que as dificuldades irão ser muitas, mesmo naquilo que costumava ser o apoio normal as escolas em termos de pessoal. Neste momento tenta-se tirar pessoal de um local para colocar noutro, reuniu com o pessoal que trabalha nas piscinas municipais para tentar alterar turnos de funcionamento e libertar pessoas que possam ser afectas ao mesmo sector de desporto da área de educação para não causar grandes problemas, mas se as candidaturas ao programa de inserção e emprego falharem não sabe como se contornará esta necessidade. Os Agrupamentos de Escolas têm também de tentar conseguir as autorizações necessárias para a colocação de pessoal auxiliar.

PONTO 4 DA ORDEM DE TRABALHOS - ACÇÃO SOCIAL ESCOLAR PARA O ANO LECTIVO 2011/2012

Cristina Gonçalves – Em relação à Acção Social escolar verifica-se neste momento a ausência de Diploma que a regulamente. Todos os boletins que deram entrada nos serviços da Câmara estão processados e mesmo sem diploma a proposta deverá ir a aprovação do executivo Camarário, pelo que na próxima sexta feira a Câmara estará em condições de fazer chegar aos Agrupamentos as listagens por turma com os respectivos escalões.

Carina Teles - Os boletins que não se fazem acompanhar por declaração da Segurança Social relativamente ao posicionamento do escalão ou que os encarregados de educação não os façam chegar aos serviços, serão automaticamente posicionados no escalão C. Tal como nos transportes escolares existem ainda encarregados de educação que não formalizaram o pedido.

Senhor Presidente– Pediu à Senhora Vereadora da Educação a listagem dos alunos carenciados integrados no escalão A e B com o objectivo de a mesma ser presente na reunião de Câmara da próxima segunda feira. Solicitou aos professores a devida atenção relativamente a crianças que apresentem sinais de carência alimentar bem como de livros material escolar. Relativamente a livros e material escolar, esteve a analisar aquilo que são as propostas dos agrupamentos sobre os livros escolhidos e constatou que há uma diversificação de custos totalmente incompreensível. Se se tiver em conta aquilo que está no despacho do Ministério relativamente ao ano anterior, terá uma variação provável de 1.4 %de variação este ano, a Associação Nacional de Municípios foi consultada para a intenção de aumentarem em 1,4% o valor a atribuir aos alunos carenciados, sendo para o escalão A 26,13€ 1º e 2º anos, 32.30€ para o 3º e 4º anos e metade deste valor para o Escalão. Pergunta como é que é possível a listagem dos custos para alunos do 2º ano na Escola de Porto Alto serem de 69,89 €, 44,44€ no 4º ano, 51,11 no 1º ano e na nº1 e 2 de Samora correia, os livros variam entre 48,32€ e 51,27€ o mesmo acontece no Agrupamento Duarte Lopes, com valores 44,50€ e 52,20€. Não é possível de maneira nenhuma, sabendo quais são os valores e sabendo que a Câmara sempre esteve acima desses valor, ultrapassar os montantes do ano anterior, quer isto dizer que uma família que sabe que o seu filho integrado no escalão A sabe que tem direito aos livros e ao material escolar gratuito, se só os livros custam mais do que aquilo que a Câmara pode dar e o limite estabelecido é de 50€ para os livros e 15€ para o material escolar, e quase que se duplica aquilo que o ministério estabelece como regra, considera de toda esta situação inaceitável pelo que a Câmara não assumirá estes custos. Não compreende como alguém tenha escolhido para os 2º ano, livros no valor de 69,80€. E possível resolver o Problema no

Agrupamento Duarte Lopes e Agrupamento de Samora Correia. Relativamente ao Porto Alto não sabe como resolver, uma vez que os alunos do Escalão A têm direitos aos livros e material escolar gratuito.

Maria de Fátima Borges – Informou que desconhecia o valor dos manuais escolares. O preço referido será provavelmente de um bloco pedagógico mas a escola não exige um bloco pedagógico mas sim um Manual Escolar. Informou ainda que não tem elementos ao seu dispor que lhe permitam justificar as opções do Agrupamento. Ficou surpreendida e já tomou nota para poder averiguar o sucedido. O que foi pedido aos docentes foi para adoptar Manuais Escolares e não é exigido aos encarregados educação mais que isto.

Cristina Gonçalves – Foi averiguado o preço nas papelarias locais e constatou que é igual em todas elas, tratando-se de Blocos Pedagógicos, embora se venda só o Manual, todos os professores trabalham em sala de aula com as fichas de trabalho.

Senhor Presidente– Sendo que as fichas de trabalho acompanham o manual e tendo em conta que os professores as utilizam em sala de aula, não gostaria que os alunos carenciados fossem discriminados, agora é necessário gerir esta situação porque o limite que a Câmara pode pagar é de 65€. Não pode aceitar que lhe chegue um pai/encarregado de educação ao atendimento e que lhe diga que a escola pede para comprar os livros no valor de 69€.

Paula– Informou que adquiriu livros para o 2º ciclo . Constata que os pais estão habituados a confiar um pouco nas papelarias e que estão ligadas ao meio escolar onde o aluno está integrado. A escola dá indicação à papelaria dos manuais adoptados e os pais encomendam com base nesta informação. Com a alteração de que crianças trabalharão menos no manual para que estes possam ser utilizados no ano seguinte pelos irmãos por exemplo, dá ideia que os manuais deixaram de ter tanta parte de respostas directas por parte das crianças e provavelmente criou-se este pacote de fichas o que encarece. Crê ser esta a explicação.

José Ramalho – Concorda que se deve ter mais cuidado aquando da escolha dos manuais, ter em atenção o preço, mas os professores estão limitados a um leque de manuais que estão aprovados. Aconselha a verificar se não há qualquer disparidade em relação as listagens enviadas pelas escolas e os preços referidos.

Cristina Gonçalves – Informa que está tudo conforme, todos os pormenores foram verificados.

Carina Teles – O que se verifica é que as papelarias nem dão hipótese de escola aos pais, é certo que as escolas enviam para as papelarias as listagens apenas dos manuais e ao dirigirem-se as papelarias estas fornecem os blocos pedagógicos que os pais acabam por comprar desconhecendo que tudo o resto está a mais. Importa esclarecer o que a Câmara Municipal vai pagar, ou que tem por obrigação pagar, se só o Manual se os Blocos Pedagógicos.

Georgina Rodrigues– Solicitou que nesta época de crise que se mantivessem as opções relativamente aos manuais por mais anos lectivos por forma a que famílias que tenham mais filhos na escola os possam aproveitar.

Paula – Relativamente as fichas de trabalho há sempre a hipótese de fotocopiar mas as escolas não tem dinheiro papel.

Senhor Presidente - Limite máximo de comparticipação da Câmara para os livros e material escolar é de 65€, Sendo que os alunos carenciados não podem ser discriminados relativamente aos livros e material escolar. Tendo em conta os manuais adoptados pelos Agrupamentos de Samora Correia e Benavente é possível assumir todos os encargos, relativamente ao Agrupamento de Escolas de Porto Alto é necessário fazer algum exercício porque são valores perfeitamente anormais.

Maria de Fátima Borges – Os manuais adoptados serão os utilizados. O Agrupamento não obriga os encarregados de educação a adquirir Blocos Pedagógicos.

Senhor Presidente– Relativamente ao equipamento para a chuva (capa e galochas) será este ano lectivo, os serviços da Câmara a fazerem a aquisição para os alunos que a ele tenham direito.

Relativamente ao pré escolar, a câmara fez um grande esforço no seu orçamento municipal para que todos os alunos que cumprem esta primeira etapa no contacto com estabelecimento de educação tivessem a refeição gratuita. Manter esta situação é impossível de manter e terá que ser alterada, isto é os alunos serão também "carenciados" e estes terão direito á refeição gratuita se estiverem no escalão A, se estiverem no escalão B os pais terão que pagar 5,00€ os outros pagarão 15€

Paula – se se acabar com a comparticipação por parte dos encarregados de educação , a Câmara Municipal terá que assegurar a aquisição dos materiais para o prolongamento de horário, uma vez que os quinze euros são muito importantes para assegurar as actividades.

Senhor Presidente– Lembra que a Câmara Municipal já dá por cada sala para material didáctico um valor que é quase o dobro daquilo que dá o Ministério da Educação. Pede a opinião dos conselheiros sobre a situação que atrás referiu, Os pais estavam habituados a ter as refeições gratuitas para as suas crianças vão ter que a pagar, logo os quinze euros que todos pagavam para aquisição de matérias para as salas deixarão de ser para esse fim.

José Ramalho – É de opinião que é de louvar este procedimento da autarquia no que diz respeito a remeter esta quantia para o Agrupamento ,o que tem sido fundamental. Entende que a Câmara terá que fazer cortes como todos os organismos sendo que é necessário que todas as pessoas da comunidade escolar interiorizem que os tempos são outros, tudo está diferente e o que se estava habituado até este momento vai mudar radicalmente. Concorda com à sugestão do senhor presidente, por muita dificuldade que esta medida cause as escolas mas pensa que é injusto uma vez que os pais vão passar a pagar a refeição que continuem a contribuir da mesma forma que contribuíram até aqui. Não lhe choca que essa comparticipação desça dos 15€ para 10€ eventualmente poderia considerar-se o escalão em que a criança estivesse incluída mas seria provavelmente motivo de alguma confusão. Como Director de de um agrupamento pensa que acabaram os tempos das facilidades e as escolas vão ter que funcionar de outra maneira e os encarregados de educação terão que ser informados de a autarquia e as escolas não tem as mesmas condições que tinham no ano lectivo passado e com tendência a piorar no próximo ano civil e as pessoas vão ter que ter consciência que o que era oferecido não há condições para continuar a ser e este esforço conjunto, autarquia, escolas e encarregados de educação que o sistema vai ter que funcionar.

Senhor Presidente – Está disponível para com a Senhora Vereadora e a Dr^a Cristina Gonçalves estudar uma forma de tornar esta situação obrigatória. obteve dos conselheiros presentes, concordância para submeter esta proposta a reunião do executivo Camarário.

Vereadora Gabriela Santos – Perante as dificuldades existentes, a ideia de se trazer os pais para trabalhar em conjunto com as escolas ideia que surgiu aquando da realização do seminário disciplina/indisciplina, foi o primeiro arranque para se conseguir lidar com estas situações, correu bem mas o publico alvo a quem gostaria que chegasse esta mensagem não foi atingido. O grupo que na ultima reunião do CME se disponibilizou para trabalhar e pensar sobre esta questão reuniu na semana passada a fim de encontrar formas de operacionalizar este assunto. Decidiram que irão trabalhar em duas áreas, sendo uma as escolas (pondo de parte o factor dinamizar, até porque cada escola tem a sua dinâmica própria de contacto com encarregados de educação) sendo o tema a tratar "A Escola Somos Nós", sendo que este tema dará respostas a todos os que se põem do lado oposta da escola, desconhecendo e não entendo as competências tanto da Escola como da autarquia como do Ministério da Educação, sobre este grande tema dividirão por período três subtemas: "Os Pais e a Escola", "Como se Organiza a Escola" e a "Escola como Prioridade" , propondo o debate do tema "Como se Organiza a Escola" no 1º Período. Pediu opinião aos presentes.

Clara Cruz – Na reunião do grupo de trabalho foi muito discutido o aspecto, "por onde começar", e surgiu a ideia de antes de se falar de sistemas educativas de formas de organização, talvez o primeiro passo é chamar os pais á escola e fazer com que entendam a escola como sua daí o tema "A Escola somos todos nós", que num primeiro momento é um momento comum á sala de aula, ao Director de turma, um trabalho que deveria ser de divulgação, essa primeira fase é fundamental, o trabalho por escola, o Director de Turma, e então havia já um conjunto de informações que seriam passadas aos pais para que pudessem seguir ao longo do ano todo o trabalho que estava a ser proposto. Seria um

pouco por aí, a Escola Somos nós” “Os Pais e a Escola” seria como uma **interrupção???** a todo o processo que se desenrola durante um ano, em várias sessões, em vários sítios, mas preferencialmente em dois polos, a escola e todos os seminários, Workshops que se possam desenvolver. Entende que de facto a organização da escola é fulcral.

Dora Morgado – Congratulou a equipa pelo bom trabalho e considerou ser este um bom ponto de partida para se começar a fazer alguma coisa e apesar de concordar com a proposta do senhor presidente de se começar pelo tema “Como se Organiza a Escola” concorda também com a Dr^a Clara porque o mais difícil é exactamente apelar aos pais e cativa-los para que se aproximem da escola e se neste primeiro período lhes forem pedidas sugestões tais como “como é que acha que vinha mais vezes a escola”, “O que gostaria de ver na escola para vir mais vezes”, perguntas deste tipo que os envolvam e os veiculem a actividades que pudessem realizar. Pensa que é importante haver um espaço onde estas acções possam ser divulgadas, como por exemplo o site da Câmara Municipal.

Cristina Gonçalves – Propôs a criação de um Blog.

Gabriela Santos - Esta proposta será então trabalhada nestas duas vertentes. A grande preocupação é que as direcções das escolas farão as reuniões em cascata com directores de turma, professores titulares, de todos os ciclos, pré-escolar, 1º Ciclo, porque o Conselho Municipal de Educação em conjunto com as escolas, cada escola fará com os pais durante o 1º período acções, dinamizações etc., internamente, como acharem melhor, sobre cada tema e o Conselho Municipal de Educação irá tentar encontrar parceiros para que se possa fazer uma vez por trimestre o tal seminário que é transversal aos diferentes Ciclos de cada agrupamento, serão realizados em quatro locais diferentes para que os pais não tenham que se deslocar e uma vez trabalhado o tema pela escola em diferentes vertentes quando for o seminário da Escola irão os professores informando os pais que depois o CME fará o seminário transversal ao pré-escolar, 1º 2º e 3º Ciclo em que se encontrarão todos os agentes ao mesmo tempo e já existem voluntários para alguns dos temas propostos.

Clara Cruz– Deixou em seu nome e em nome de todos os colegas professores um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Professor César Barreira. Falou-se da conjuntura, dos problemas de crise mas esquecemo-nos daquilo que é fundamental que é a fragilidade da vida e perante a fragilidade da vida pensa que é bom manter as vezes perante as dificuldades económicas os problemas financeiros aquilo que é essencial na vida que são os sentimentos, os afectos, as ligações entre as pessoas.

Representante da GNR – Os elementos da Escola Segura têm estado a contactar os Agrupamentos de Escolas no sentido de os dinamizar para o 1º Ciclo uma vez que estes alunos estão a iniciar a vida escolar, de dar a conhecer o Projecto Escola Segura, as suas limitações em termos de efectivos mas que tentam ao máximo estar presentes nas escolas e ajudar naquilo que podem. Solicitou que no início do ano lectivo se converse com os alunos e com os pais sobre o projecto bem como transmitir os pequenos conselhos práticos, os perigos existentes tais como bowling, internet, segurança rodoviária.

Nada Mais havendo a tratar o Senhor Presidente da Câmara deu por encerrada a reunião pelas dezassete horas e cinquenta e sete minutos.